



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 73 — SÃO PAULO, JULHO DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## AMNISTIA!

Com a realização da Conferência de Paris, em dezembro passado, ganhou novo e irresistível impulso a campanha mundial contra a repressão salazarista e pela anistia aos presos políticos portugueses. Atendendo aos apelos do conclave e mercê do eficiente trabalho das comissões nacionais e dos núcleos de democratas portugueses emigrados, milhões de homens, em dezenas de países, vêm manifestando das formas mais diversas a sua solidariedade aos patriotas que nos presídios fascistas de Salazar pagam com a prisão e a tortura o seu amor à liberdade e à dignidade humanas. A gravura que inserimos ao lado constitui um exemplo, entre muitos, desse comovedor sentimento de fraternidade que leva homens de todas as raças, credos e ideologias a voltar-se para as vítimas do salazarismo. Um simples postal Sim, mas um postal que tem um significado simbólico e uma finalidade a cumprir. Editado pela Federação Mundial da Juventude Democrática e com os carimbos dos correios de nações espalhadas pelos cinco continentes, ele chegará em milhares de exemplares e trazendo outras tantas mensagens de protesto até ao presidente fantoche de Portugal. A revolta expressa nas figuras é a revolta de todos os homens livres do mundo contra a bárbara repressão do fascismo português.

Ora, se há uma força externa que Salazar teme particularmente, ela é a pressão da opinião pública internacional. A reação desta aos seus crimes amedronta-o e desorienta-o. E a prova disso — a última — temô-la nas referências ao Tarrafal introduzidas no artigo que publicou na revista britânica "International Affairs". Hipócritamente, declara ao mundo que o sinistro CAMPO DA MORTE LENTA foi definitivamente encerrado. Duvidamos que assim seja até porque nada se sabe acerca dos patriotas africanos ali desembarcados do "Africa Ocidental". Mas uma coisa é certa: Salazar só não enviou ainda para o Tarrafal nenhum preso político português por se sentir desarmado em face da prontidão e intensidade da cam-

panha mundial desencadeada como reação à reabertura do campo. O seu ensaio falhou. E de tal maneira que se sente obrigado a justificar-se numa revista estrangeira. A declaração — falsa ou verdadeira — de que o TARRAFAL FOI DEFINITIVAMENTE ENCERRADO deve ser interpretada como uma derrota do fascismo português e uma vitória da consciência democrática internacional.

Salazar confessa a sua estranheza pelos protestos recebidos de todo o Mundo. Mas é preciso, indispensável que eles, em numero crescente, continuem a chegar às suas mãos e às do seu "presidente" — Americo Tomaz.

NESTE  
NUMERO

- Entrevista de Alvaro Lins — PAG. 5
- Declarações do General Delgado — PAG. 8
- A ONU e o Tarrafal — PAG. 8
- Estudantes contra Salazar — PAG. 3
- Ecos de Addis-Abeba — PAG. 3
- A Africa inteira contra o colonialismo português — PAG. 8
- Apelo ao Ministro das Relações Exteriores — PAG. 5



## INSSURREIÇÃO E DIÁLOGO

Quando se defende na Oposição a via insurrecional para o derrubamento do fascismo português quer-se significar que este derrubamento só poderá realizar-se mediante um grande movimento de massas capaz de destruir, num choque violento, a máquina de repressão e os fundamentos do poder fascista.

Esta tese parte do princípio da impossibilidade do derrubamento do fascismo ser efetuado pela liberalização do próprio fascismo, por um processo pacífico de negociação com os democratas ou por um golpe de cúpula — militar ou constitucional — estranho à ação das massas populares.

A via insurrecional não implica, no entanto, conforme muitas vezes já foi dito, que devam pôr-se de parte as ações de caráter pacífico — políticas, sindicais, estudantis, associativas, culturais, etc. — que seja possível praticar. Ao contrário: estas ações, quer tenham uma natureza manifestamente legal quer tenham uma natureza semi-legal por ficarem sujeitas à repressão, embora de acordo com a própria legalidade fascista, são absolutamente necessárias para o desenvolvimento do

processo insurrecional, já que será através delas que se poderá proceder à mobilização das massas, conduzindo-as a ações de caráter revolucionário.

Quando, há pouco, cinco conhecidos e prestigiados **leaders** oposicionistas se dirigiram a Salazar afirmando-se dispostos a contestarem publicamente as declarações feitas por este na revista britânica "International Affairs", se lhes fosse previamente assegurada a publicidade integral dessa contestação na imprensa portuguesa, habitualmente amordaçada pela censura oficial, o documento em que expressaram esse propósito configurou desde logo uma ação legal desmascaradora das mistificações usadas pelo velho ditador. E quando os mesmos cinco democratas declararam, dias depois, perante a resposta sibilina de Salazar, serem insuficientes para a publicidade da sua resposta as garantias existentes, desistindo, por isso, do seu intento, praticaram outra ação legal que veio demonstrar mais uma vez a asfixia da liberdade de manifestação do pensamento imposta pelo **duce** português.

Claro que ninguém pensou, em Portugal, que a projetada resposta dos cinco democratas, que a

ter-se podido efetuar se teria realizado nas condições excepcionais e precárias dos períodos eleitorais, viria comprovar a possibilidade do estabelecimento de um diálogo permanente da Oposição com a ditadura fascista nem, menos ainda, a possibilidade de transferência pacífica do poder para as forças democráticas.

Apenas alguns setores da opinião pública internacional, ainda insuficientemente esclarecidos sobre a realidade política portuguesa, teriam sido capazes de interpretar erradamente o significado da resposta dos cinco.

Os democratas portugueses exilados se encarregaram, porém, pela sua ação, antes ainda da renúncia final dos cinco anti-salazaristas, de tornar duvidosa a boa fé com que esses setores da opinião pública mundial teriam podido acreditar numa milagrosa liberalização do fascismo salazarista.

Para infelicidade do povo português, a ditadura fascista continua a ser o que é. Para sua felicidade, apenas é próprio a derrubar, pela insurreição nacional.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO













